



## 2008 impõe novos desafios à gestão da política econômica

**Síntese:** *Sem a CPMF, o governo Lula terá de enfrentar desequilíbrios que se avolumam nas contas públicas. Os gastos com pessoal cresceram R\$ 10 bilhões este ano, bancados por carga tributária crescente. O número de funcionários civis ativos no Executivo já atinge 1 milhão. Os investimentos, porém, não decolam: o PAC só aplicou 18% do previsto este ano. Dólar barato deverá levar setor externo a voltar a ter déficit em 2008.*

A rejeição da prorrogação da CPMF no Senado ajudou a expor a fragilidade das contas públicas. Também tornou urgente a necessidade de se adotar uma administração mais eficiente das despesas do governo federal. A estabilidade da economia mundial ao longo dos últimos quatro anos – que agora parece estar se aproximando do fim – foi o principal esteio da relativa facilidade que o governo Lula teve para gerir a economia brasileira. Mas isso acabou dando margem para que desequilíbrios perigosos não fossem atacados e, em alguns casos, fossem até exacerbados; são desafios que aguardam os gestores da política econômica em 2008.

Os exemplos vão da carga tributária em constante expansão à ampliação das despesas com gastos correntes e funcionários em ritmo bem superior ao do crescimento da economia. Também incluem a corrosão progressiva que a supervalorização da moeda brasileira vem produzindo nas contas externas e nos saldos comerciais. Os gargalos de infra-estrutura, agravados pela baixa execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), completam o quadro.

### Excesso de tributos

O forte aumento das receitas tributárias ao longo deste ano – e a previsão de que isso se repita também em 2008 – indicam que há espaço de sobra para que o governo compense a perda dos R\$ 40 bilhões de arrecadação previstos com a CPMF. Só o que a Receita Federal recolheu até agora acima do que, no início do ano, esperava arrecadar já seria suficiente para contrabalançar a extinção do imposto do cheque.

A previsão inicial de receita para este ano (definida no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2007, publicado em fevereiro) era de R\$ 303 bilhões. Na prática, até novembro a arrecadação já atingiu R\$ 387 bilhões. Ou seja, são R\$ 84 bilhões de sobra. Nos onze primeiros meses de 2007, o montante pago em tributos cresceu 12,5% acima da inflação em relação ao mesmo período do ano passado.

Entre 2005 e 2006, a carga global (federal, estadual e municipal) subiu 0,98 ponto percentual, para 38,8% do PIB. Desde 2002, cresceu 2,96 pontos, segundo o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário). Estima-se que avance mais 1,2 ponto este ano.

### **PAC não deslancha**

É o aumento dos impostos e das contribuições que tem bancado a firme expansão das despesas correntes da União. No acumulado do ano elas subiram 12%; foram R\$ 39 bilhões gastos a mais. Só com pessoal, o governo federal está torrando este ano mais R\$ 10 bilhões: o Poder Executivo já tem um milhão de funcionários civis ativos. Já os benefícios pagos aos segurados da Previdência cresceram 15% no ano e consumiram R\$ 147 bilhões até outubro, algo como 13% do PIB.

Se exhibe desenvoltura para empregar mais e gastar mais com a máquina, o governo federal não demonstra o mesmo desempenho nos investimentos, como indica a execução do PAC até agora. Dos R\$ 16,8 bilhões autorizados para 2007, apenas 18% foram aplicados até meados de dezembro. Isso representa meros R\$ 3 bilhões. Saúde e Cidades são os ministérios com menores índices: investiram apenas 2,2% e 1,2%, respectivamente, do que poderiam, segundo dados do Siafi.

### **Contas externas no vermelho**

O ano termina com o país também presenciando os efeitos que a exagerada taxa de juros vai progressivamente gerando sobre a saúde das contas externas. Superavitárias nos últimos cinco anos, elas devem voltar a fechar no vermelho em 2008, segundo prevê o próprio Banco Central. Em novembro, já houve déficit. Boa parte disso deve-se ao aumento de remessas de lucros por parte das multinacionais, que aproveitam o dólar barato para engordar os ganhos de suas matrizes.

A valorização do real também reflete-se de maneira crescente na balança comercial. Desde julho o saldo acumulado em 12 meses vem caindo. Até meados de dezembro, as importações já haviam crescido 34% em comparação com o mesmo período de 2006, enquanto o ritmo de expansão das exportações limitou-se a praticamente metade disso: 18,5%. Em consequência, o saldo comercial já encolheu US\$ 5,5 bilhões no ano.

A lista de desequilíbrios – e dos desafios que eles impõem aos gestores da economia – é longa. As condições para enfrentá-los já foram melhores, mas foram seguidamente negligenciadas pelo governo Lula. Com perspectiva de crise externa e ameaças internas, como inflação em alta, no horizonte, resta ao PT fazer aquilo a que se recusou até agora: trabalhar com maior eficiência e ajustar o setor público. Sem a CPMF, isso torna-se imperativo.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

---

#### **INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA**

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail:

[itv@itv.org.br](mailto:itv@itv.org.br) . site: [www.itv.org.br](http://www.itv.org.br)